

1 ATA da 171ª Reunião – 07/2017 – Sétima reunião ordinária da Comissão Intergestores Regional  
2 Noroeste Mato-grossense de dois mil e dezessete, realizada no trigésimo primeiro dia do mês de  
3 outubro do ano de dois mil e dezessete, no Escritório Regional de Saúde de Juína. Após a  
4 conferência de quorum, a reunião foi aberta as nove horas e cinquenta minutos conduzida pela  
5 Coordenadora da CIR NO Ana Paula Marques Schulz. Estiveram presentes: Bartolomeu Souza  
6 Casteliano, Secretário Municipal de Aripuanã; Márcio Papadiuk Bueno, Secretário de Saúde de  
7 Brasnorte; Ivania Vargens Tigre Weber, Secretária Municipal de Saúde de Castanheira; Minalise  
8 Aggens, Secretária Municipal de Saúde de Cotriguaçu; Leda Maria de Souza Villaça, Secretária  
9 Municipal de Saúde de Juína e Hélvio de Lima, Secretário Municipal de Saúde de Juruena.  
10 Representando a SES/MT-ERS/JUÍNA: Ana Paula Marques Schulz, Sérgio Volmir Post,  
11 Vanessa Vidal Oliveira, Juciane Alves da Silva, Claudiana Souza Duarte, Aristides Alves Coelho  
12 e Cleuza Pereira Leite Brandão. Apoiadora regional do COSEMS Tânia Cristina Cardoso  
13 Eufrásio. Secretária Executiva da CIR NO nesta reunião: Ivanete Márcia Wiebbelling Pagnussat.  
14 Ana Paula iniciou a reunião dando boas vindas a todos os presentes e informou a nomeação da  
15 Secretária de Saúde de Colniza, Sra. Célia, mas que esta não pode se fazer presente. Foi iniciada  
16 a reunião destacando-se as datas comemorativas do mês de novembro em que se destacam o  
17 Dourado – relacionado à prevenção do câncer infantil “Nossas crianças valem ouro” e o Azul  
18 relacionado a prevenção do câncer de próstata e Diabetes. **Alteração da Composição da CIR**  
19 **NO**: Representando a Secretaria de Saúde de Colniza: Célia Márcia Nunes Machado, sendo  
20 indicada como suplente: Daiany Christina Araújo Campos. Em seguida foi feita a leitura da ata  
21 da reunião CIR NO 06/2017 que foi aprovada sem ressalvas. Passou-se às devolutivas desta ata:  
22 Habilitação do Serviço de Tomografia – está condicionado a um Check list que deve ser  
23 realizado pela equipe do ERS Juína e está aguardando documentação referente ao endereço de  
24 onde se encontra o serviço. Quanto aos demais exames habilitados aguardam-se a pactuação de  
25 PPI para alteração em dois mil e dezoito. **Conferências de Vigilância em Saúde**: o ERS pede  
26 desculpas pela alteração nas datas, ficando agora estabelecidos os dias seis a oito de novembro  
27 para este evento. **Caravana da Transformação**: a equipe organizadora, Paola e José Arlindo  
28 solicitaram à direção do ERS Juína que mais uma vez agradecesse aos municípios pela boa  
29 organização e bom andamento das atividades. Lembrou ainda que a etapa de Juína foi a primeira  
30 que aconteceu com os pacientes regulados e que isto refletiu no número de pacientes que

necessitaram de alojamento, maior problema identificado na Caravana. Brasnorte informou que apesar de ter organizado e planejado a ida da etnia Enawene Nawe para a etapa de Tangará da Serra, com triagem de vinte e sete indígenas, na data proposta havia apenas oito pessoas que desistiram de participar do atendimento. Ana Paula destacou a obrigatoriedade do retorno de trinta dias para conclusão do atendimento de cada usuário com alta, outros acompanhamentos ou receita de óculos. Neto destacou que o público alvo principal são os pacientes que fizeram cirurgia de catarata, sendo que apenas os casos de cirurgias de pterígio, que apresentar algum problema necessitam retornar. A diretora ainda informou que estará atendendo apenas a equipe da 20/20, a Defesa Civil não estará trabalhando – portanto não estará disponibilizando lanche ou estrutura, apenas copos descartáveis para água no bebedouro. Leda coloca que nesta etapa de pós-operatório o município de Juína não terá responsabilidade sobre a organização, como alojamento ou alimentação. Neto informou que estão verificando a possibilidade de liberação do alojamento da Catedral para o pernoite nos casos em que haja necessidade de cirurgia, mas apenas negociando o espaço, não ficando responsáveis por sua organização. Ana Paula reforçou que cada município é responsável pelos seus pacientes, se não forem oferecer alimentação, avisar com antecedência para que tragam alimentos ou dinheiro para aquisição. **Apresentação: Política Nacional de Atenção Básica – Portaria GM 2436/2017** - Juciane apresentou os principais pontos de alteração da Política Nacional de Atenção Básica e destacou que houve uma consulta pública sobre o tema, quando Tânia lembrou que o COSEMS informou aos secretários sobre isso na época. Ao abordar o papel de porta de entrada e ordenador da rede de atenção à saúde Leda destacou o quanto a Atenção Básica tem se distanciado deste papel e questionou todos sobre o que se pode fazer para reverter essa situação. Juciane colocou como fundamental que a equipe se aproprie dos processos de trabalho e dos sistemas de informação que vem para facilitar ou como ferramenta para auxiliar nas atividades, amarrando isso inclusive aos contratos de trabalho. Lembrou também que a melhoria da atitude de cada um é imprescindível para melhoria das atividades da atenção básica. Maria Pinheiro destacou o quanto os médicos do programa Mais Médicos apresentam uma flexibilidade maior para protagonizar estas atividades. Edinei também colocou em destaque a falta de comprometimento dos profissionais das equipes. Abrindo um parêntesis, Juciane avisou que houve um problema com a Universidade que faria a avaliação do PMAQ prevista para ser feita de agosto a novembro de dois mil e dezesse. Tendo sido a

Universidade descredenciada e havendo novo processo de credenciamento de uma Universidade do Mato Grosso do Sul, o processo de contratação de avaliadores está em andamento tendo-se uma previsão de início das avaliações para fevereiro de dois mil e dezoito. Houve questionamentos sobre a efetivação dos Agentes Comunitários de Saúde e Juciane informou que o processo de seleção é por meio de Processo Seletivo Público, de acordo com a lei nº 11.350/2006 e EC nº 51/2006 no qual dá a garantia dos Agentes Comunitários de Saúde ser efetivos, podendo estar incluídos ou não no Estatuto Municipal do Servidor, porém com forma diferenciação de contratação. Foi esclarecido ainda que o Ministério da Saúde repassa um incentivo para custeio dos profissionais, porém eles são servidores do município. Esses profissionais devem ser efetivados e se houver necessidade, porém em caso de desistência do Programa da Estratégia Saúde da Família e/ou Programa de Agentes Comunitários de Saúde é possível extinguir um cargo e/ou desligar do quadro se o mesmo não cumprir suas atribuições a contento, mas com anuência do Conselho Municipal de Saúde. Desde dois mil e seis com o processo da certificação pelo Tribunal de Contas do Estado, o ERS Juína enviou cópias dos processos seletivos realizados no período de mil novecentos e noventa e oito até dois mil e seis para que cada município organizasse um processo junto ao Tribunal de Contas do Estado para garantir a certificação da situação dos Agentes Comunitários de Saúde, isto é, efetivação dos mesmos de acordo com os preceitos da Administração Pública, porém esse contato com o TCE deve ser feito direto com os municípios. Os municípios precisam resgatar a situação junto ao TCE para organização da vida funcional dos Agentes Comunitários de Saúde. Neste momento a reunião foi interrompida para o almoço retornando todos às treze horas e cinquenta minutos, retomando as alterações da Política Nacional da Atenção Básica. Registrou-se a presença do Secretário Executivo do CISVJ, senhor Agostinho Bespalez Filho e a ausência justificada da secretária de Saúde do Município de Juína, senhora Leda Villaça. Foi questionado quanto à substituição do profissional médico quando participando de especialização, sendo orientada a verificação da forma de contratação do profissional. **Telessaúde** – Sérgio passou a discorrer sobre o Telessaúde, quando enfatizou que este engloba um dos componentes do PMAQ, o da informatização, os objetivos do Programa e os serviços oferecidos. Apresentou também o número de consultorias realizadas nos anos de dois mil e quatorze à dois mil e dezesseis, exemplificando o número de agendamentos e o número de teleconsultorias que resultaram em

91 economia de deslocamentos para consultas em referências e o número médio de dias que os  
92 usuários aguardam em diversas especialidades para atendimento, apontando possibilidades de  
93 agilização no atendimento dos mesmos. Sérgio questionou do porque não estarem acontecendo  
94 mais teleconsultorias – falta de equipamentos, de interesse, de capacitação ou conhecimento –  
95 sendo que todas estas questões podem ser resolvidas com atuação da equipe da teleconsultoria e  
96 incentivo da gestão, como por exemplo as teleconsultorias compulsórias – alguns municípios de  
97 Mato Grosso emitiram decreto determinando que nenhuma consulta especializada seja solicitada  
98 antes de passar por uma teleconsultoria. Sérgio se comprometeu em buscar mais informações e  
99 repassar para os gestores. Quanto à avaliação de satisfação das respostas, o núcleo de telessaúde  
100 considerou muito satisfatório e quando não existe uma resposta o núcleo busca identificar as  
101 causas. Foi sugerido aos municípios que indiquem um teleapoiador municipal e essa ideia ficou  
102 lançada para posterior fechamento. Minalise perguntou quanto tempo é necessário para a  
103 capacitação ao que foi informada que um dia é suficiente, com computador com acesso à Internet  
104 e telão para melhor visualização, sendo possível que nesse dia as unidades sejam fechadas para a  
105 participação de todos. **Consórcios Intermunicipais de Saúde** – Ana Paula informou que nas  
106 pastas dos municípios está uma cópia do Regimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde do  
107 Vale do Juruena – CISVJ e fez uma apresentação sobre o papel dos Consórcios de acordo com a  
108 Lei 11.107/2005 destacando o artigo que trata por exemplo, dos Consórcios Intermunicipais de  
109 Saúde, que tem que estar em conformidade com a Lei do SUS. No estado de MT a lei em vigor é  
110 a Portaria 098/2016/GBSES, ela rege que cada município deve quitar sua parcela até o dia dez de  
111 cada mês. Mesmo considerando que o último repasse do estado se refere ao mês de maio, é  
112 imprescindível que cada município mantenha seu pagamento para não correr o risco de ficar sem  
113 o repasse do PAICI quando este for quitado pelo poder estadual. Ana Paula apresentou a  
114 estrutura organizacional básica de um consórcio, com suas devidas explicações. Ficaram em  
115 destaque os desafios para esta gestão do CISVJ – como fazer o registro da produção e como  
116 faturar esta produção, fazer a regularização dos Contratos entre os municípios para permitir  
117 apresentação em PPI e como qualificar as informações em saúde, além de organizar forma de  
118 reuniões do Conselho Intermunicipal de Saúde. **Plano Operativo do CISVJ** – Também está na  
119 Pasta dos municípios o Plano Operativo do CISVJ, para fins de conhecimento de todos,  
120 destacando que ele é refeito todos os anos e deve a partir de agora ser aprovado em CIR. Neste

121 momento todos os presentes manusearam o Plano Operativo de Metas de dois mil e dezesse, que  
122 foi apresentado pelo senhor Agostinho e aprovado por todos. Foi explicado como funciona o  
123 sistema de cotas e agendamentos, destacando-se a responsabilidade de cada município tanto na  
124 manutenção financeira quanto no cumprimento das agendas. Ficou pactuado também que o  
125 Plano Operativo para dois mil e dezoito que deverá ser elaborado em fevereiro. Foi informado  
126 ainda que o município de Colniza não está tendo mais atendimento por falta de pagamento de  
127 quatro meses e que a partir de amanhã o município de Castanheira também não terá mais  
128 atendimentos, sendo que os demais terão atendimentos até o dia dez de novembro, apenas o  
129 município de Cotriguaçu está totalmente adimplente. **Alteração da Composição da CIES –**  
130 **Aripuanã** solicitou a alteração da composição da CIES, titular: Maria Pinheiro Fernandes e  
131 suplente: Bartolomeu Souza Castiliano; Colniza, titular Célia Marcia Machado Nunes e  
132 suplente: Daiany Christina Araújo Campos e Juruena, titular: Helvio de Lima, suplente: Rayane  
133 Kelen Dornelas. A alteração foi aprovado por todos. No município de Juruena também houve  
134 alterações na Coordenação da Vigilância em Saúde que agora está sob-responsabilidade da  
135 senhora Rosineide Souza Soares e a Atenção à Saúde senhora Rayane Kelen Dornelas. **Emenda**  
136 **Parlamentar Estadual de Aripuanã: Equipamentos para Laboratório no Distrito de**  
137 **Conselvan** – o município apresentou os termos da emenda e a resolução do Conselho Municipal  
138 de Saúde aprovando o teor para destinação do recurso e a homologação foi consensuada pelos  
139 presentes. **Reabilitação do Qualicito – SISCAN** – Juciane apresentou aos presentes do que trata  
140 o Qualicito e os processos de requalificação, lembrando aos municípios de Aripuanã, que tem  
141 seus exames com o LAPAT e Brasnorte, que tem seus exames com o IAPCC, que eles devem  
142 procurar realizar suas pactuações em prestadores credenciados na região. Flaviane informou que  
143 o município vai construir o Laboratório Municipal e que poderá receber exames de outros  
144 municípios, sendo esta uma possibilidade a ser discutida no futuro. Para a realização da atividade  
145 de requalificação foi perguntado aos presentes se o município de Juína vai assumir a realização  
146 do *Check List* ou se será montada uma comissão para realização desta ação que tem que ser  
147 realizada até o final de novembro de dois mil e dezessete. Ficou pactuado que será montada uma  
148 comissão entre o município de Juína e os técnicos do ERS Juína e que os relatórios serão  
149 encaminhados para cada município inserir no SAIPS, com prazo final até o dia trinta de  
150 novembro. Foi destaque pelos municípios a dificuldade de inserção dos dados no SIA, situação

que ainda não foi resolvida pelo município de Juína e pelo ERS Juína. **Informes – Farmácia de Alto Custo** – Claudiana informou que o estado voltou a gerir a Farmácia de Alto Custo, sendo que o ERS Juína está inserindo os processos no sistema mas pouquíssimos processos estão sendo deferidos. Em média vinte processos estão em análise. Foi entregue o Ofício nº125/2017/CADIS/SAF/GBSAS/SES-MT para conhecimento de todos. **Saúde Indígena** – Sérgio apresentou os resultados da Reunião ampliada Áreas Programáticas e Saúde Indígena realizada em outubro, com amplas reflexões na área da saúde indígena e definição de um técnico responsável pela área no ERS para levantamento de dados epidemiológicos e outros, além de ser uma pessoa de referência para as questões relacionadas à saúde indígena na regional. **PAQVS** – Humberto trouxe um documento com as metas a serem cumpridas destacando que os municípios de Cotriguaçu e Colniza não atingiram as metas. Foram destacados ainda os municípios que atingiram as metas e em especial os indicadores cujo alcance depende da boa execução de atividades diárias, principalmente na Atenção Básica. **e.SUS** – Humberto informou que saiu ontem à tarde uma nova versão do e-sus que precisa ser atualizada. Nesta nova versão há correção de inconsistências. Lembrou que o prazo de envio para o Ministério é o dia vinte do mês subsequente. **Nota Informativa sobre Sífilis** – Humberto informou que na nota técnica divulgada pelo Ministério da Saúde torna-se obrigatório informar que o parceiro foi tratado no sistema SINAN, mesmo que isso não seja real apenas para não gerar inconsistências. No campo quarenta e três, das observações deve-se informar se o paciente foi ou não tratado de fato. **Ouvidoria Subsetorial do SUS** – Vanessa comunicou que há alguns meses existem demandas da Ouvidoria sem resposta por parte dos municípios, mesmo já tendo sido enviados para as Secretarias Municipais. Destacou que quando os usuários procuram a Ouvidoria, reduzem as demandas judiciais o que é mais difícil de resolver. Ficou pactuado com todos que até o dia vinte e um de novembro devem dar resposta às estas demandas. **Vacina** – Ana Paula lembrou a todos que a partir de janeiro de dois mil e dezoito haverá uma mudança no Sistema de informação das vacinas e que todos devem estar organizados para isso; comentou que Verônica informou via documento para todos sobre o Monitoramento Rápido de Cobertura para o que a técnica está disponível para esclarecimentos. A Campanha de Vacinação anti-rábica animal foi prorrogada para dia trinta de novembro, sendo possível assim atingir-se uma melhor cobertura pois esta até agora encontra-se muito baixa. **Triagem Neonatal** - O Ofício Circular nº 092/AS/ERSJ/17

informou todos os testes que devem ser realizados na triagem neonatal e lista as Portarias que as norteiam, devendo ser executados nos serviços públicos ou privados que atendam os neonatos nos prazos adequados a cada uma. É aguardada a resposta a este documento para até dia vinte e três de novembro. **Vigilância Sanitária – Atendimentos no final do ano** – O Ofício Circular nº 012/VISA/VS/ERS/JUINA/MT/2017 informou a situação da equipe da Vigilância Sanitária durante o período de final de ano considerando a necessidade de uma das técnicas em sair por um período mais longo por questões de saúde e férias de outra servidora. **Comunicação** – Ana Paula informou que o município de Juína solicitou que todos os documentos enviados por e-mail sejam também enviados em meio físico e outros municípios também pediram que sejam avisados por telefone quando for enviado por e-mail. Ana Paula destacou a viabilidade de atender a solicitação de Juína, mas destacou que o e-mail é uma das formas mais importantes de comunicação e sempre procuramos encaminhar em mais de um endereço eletrônico. Helvio sugeriu que os municípios façam uma relação com os endereços de cada área técnica e do gestor para que todos estejam informados. A reunião foi encerrada às dezoito horas e retomada no dia um de novembro de dois mil e dezessete às oito horas e quinze minutos com a conferência de quórum e boas vindas a todos pela diretora Ana Paula. Em seguida passou-se a discussão das pautas do dia: **Pauta Permanente – Regulação** – Ivanete fez uma contextualização do processo de Regulação para situar à descentralização do SISREG, abordando principalmente as responsabilidades e importância do Complexo Regulador Municipal, destacou a importância de estruturação da atenção primária, a atualização da PPI e a necessidade de equipamentos e Internet adequados, atendendo o que foi proposto pelos técnicos nos Planos Municipais elaborados na Oficina de junho de dois mil e dezessete. Foi informado que o médico Regulador Joaquim Delfino Neto Filho pediu exoneração a partir da data de hoje e a Dra. Hellen Susan Cavichioli estará de férias no mês de novembro, não sendo possível iniciarem-se as autorizações pela CRR-ERS Juína antes de dezembro de dois mil e dezessete. Ana Paula informou que foi encaminhada documentação para nomeação da Dra Alana Alarcão Moraes, comentou que não tem definição de quando será publicada a nomeação da mesma. Neste período, se houver necessidade de apoio médico na Central Regional, existe o médico supervisor Dr. Wilson Assami que exerce este papel. No que se refere às regulações de emergência que eram solicitadas pelo médico assistente do município para o médico regulador regional através do celular 66

99641 5940, esta passará a ser realizada direto com a Central Estadual através do telefone 65 3616 9120. Ivanete informou que o município de Juína, por exemplo, tem intenção de inserir a cotas municipais no SISREG; Ana Paula comentou que, inclusive os exames e procedimentos contratados através do Consórcio, futuramente deverão ser regulados via SISREG. Ivanete resgatou o Ofício Circular nº 14/CRR/ERS/2017 referente à descentralização do SISREG, encaminhado no dia três de outubro informando a descentralização completa a partir nove de outubro e o Memorando 486/2017/GBSAREG/SES-MT, da Superintendência de Regulação com a mesma informação e orientações, bem como as opções sobre a condução para a manutenção ou devolução da fila estadual do SISREG que deveriam ser apresentadas em CIR para pactuação. Segundo informações da Equipe todos os exames solicitados pela CRR ERS Juína foram devolvidos pela Regulação Estadual em dezoito de outubro, sem aguardar o posicionamento deste colegiado. Leda manifestou sua preocupação, com anuência dos demais gestores quanto ao prejuízo desta ação para os usuários que foram tirados da fila e quanto ao tempo que levará para serem inseridos novamente e se estariam em desvantagem por ficarem como se fossem casos novos, caso fossem solicitados pelas regulações municipais ou se forem reenviados pela equipe do ERS Juína, se retornariam com a data inicial de solicitação. Ivanete exemplificou fazendo uma devolução direta no sistema SISREG e todos compreenderam que dos dois modos o processo é individual, ou seja, cada solicitação deverá ser feita novamente – solicitada no município ou reenviada pelo ERS para a fila estadual. Leda ainda questionou como será o expediente dos médicos reguladores no ERS Juína e foi informado que ficou estabelecido o mínimo de uma hora por dia, mas somente a partir de dezembro posto que a médica Helen está de férias em novembro, portanto no mês de novembro as autorizações ainda vão acontecer com a Central Estadual de Cuiabá. Outra dúvida dos presentes foi quando a liberação de vagas de acordo com a Pactuação em PPI e Ivanete informou que a cotas de Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada já estão de acordo com esta pactuação e que a tendência é que as demais cotas também sejam ajustadas com o tempo. Ficou clara a insatisfação dos municípios quanto a devolução dos exames sem ter havido uma discussão prévia e todos os problemas que isso pode acarretar em relação aos usuários, inclusive com relação à judicialização. Leda destacou que sua equipe não tem condições de fazer todas as solicitações e Ivanete propõe que todos recebam os laudos devolvidos, façam a análise de prioridades e necessidades

(higienização) e decidam junto com suas equipes de regulação se vão inserir no SISREG municipal ou devolver para o ERS reenviar para a fila estadual. Sendo assim, ficou estabelecido que todos os laudos, acompanhados com relação nominal, serão encaminhados para os municípios para que seja realizada a higienização da fila e os municípios que definirem que farão a solicitação pelos Solicitantes Municipais deverão oficializar para a CRR-ERS Juína, assim como aqueles que vão devolver para ser reenviados no sistema pelo ERS. Leda solicitou que isso fosse feito de modo urgente pela necessidade de retornar estas solicitações para o SISREG e foi informado que os ofícios já estão prontos, faltando apenas organizar e embalar os laudos. Foi dado destaque à questão das Colonoscopias, cujos laudos são os mais antigos e que necessitam de revisão urgente na PPI e junto ao município de Cuiabá ou prestadores, sendo sugerida discussão com o COSEMS sobre este tema e as Ressonâncias, cujo volume de solicitações é muito grande, havendo destaque para a necessidade de médico regulador tanto na CRR- ERS Juína quanto nas Regulações municipais. **Vigilância Ambiental** – Aristides informou os números de telefone para contato no setor de toxicologia para realização dos exames de colinesterase, exame este de periodicidade anual. Plano de Aplicação de recursos financeiros referentes às ações de vigilância e controle do vetor *Aedes aegypti* –Aristides lembrou que no ano de dois mil e dezesseis foram elaborados e aprovados os Planos de Aplicação de recursos financeiros referentes às ações de vigilância e controle do vetor *Aedes aegypti* que poderiam ser reprogramados para utilização em dois mil e dezessete. Flaviane informou que Brasnorte fez uma reprogramação, mas que ainda precisa ser apresentada para este colegiado. Em seguida foram apresentados os valores recebidos por cada município pelo estado de Mato Grosso que deve ser usado para atividades de combate à Dengue. Ana Paula destacou que muitos jornais noticiaram o aumento do número de casos de malária no país; destacou à questão do aumento de número de casos de malária em Aripuanã, mais de 1.000% (mil por cento) de 02 (dois) casos em dois mil e dezesseis para 20 (vinte) em dois mil e dezessete; considerando o numero de casos informados pelo próprio município; mesmo que o município de Colniza informou via SINAN que houve 19 (dezenove) casos originados em Aripuanã em dois mil e dezesseis, é uma situação que merece muita atenção. Enfatizou a necessidade de manter as equipes de vigilância trabalhando e manter os estoques de medicamentos organizados e profissionais qualificados. O preenchimento de SISPNCND não foi uniforme pelos municípios porque foram priorizadas as

planilhas da Sala de Situação, gerando falhas na série histórica. Laércio e Leda destacaram que Juína é um destes municípios e que gostariam de corrigir esta situação. **Alteração do Plano de Aplicação dos Recursos para combate ao Aedes Aegypti** - Juína apresentou a reprogramação do Plano de Aplicação dos Recursos com a devida resolução do Conselho. Jurueña e Brasnorte que também apresentaram sua proposta de reprogramação, que foram homologadas, condicionada a aprovação dos seus Conselhos Municipais de Saúde. Aripuanã informou que seus recursos tem uma sobra de pequena monta e assim como Juína e está em licitação, Castanheira está executado. Aristides solicitou que todos os municípios encaminhem as planilhas corrigidas até o dia oito de novembro de dois mil e dezessete. Quanto ao Plano de Contingência da Dengue, este deve ser atualizado em conjunto com as equipes de vigilância ambiental, apresentados para aprovação do CMS e deve ser manuseado com frequência. Cotriguaçu entregou o Plano de Contingência atualizado e os demais municípios se comprometeram a trazer os Planos atualizados na próxima reunião de CIR-NO, já prevista para o dia vinte e três de novembro. **Oficina PPI** – Como último assunto foi tratado da realização da Oficina da PPI com provável data para fevereiro de dois mil e dezoito e outra oficina de Planejamento, com participação de quatro pessoas por município, com hospedagem e alimentação para cinco municípios e lanche e almoço para todos a serem custeados com o recurso PlanejaSUS - Resolução CIB n.º 32/2011- sob gestão do município de Aripuanã, valor originário - R\$ 21.996,00 (vinte e um mil, novecentos e noventa e seis reais), sendo o Valor atualizado em fevereiro de 2017 – R\$ 29.601,72 (vinte e nove mil, seiscentos e um reais e setenta e dois centavos. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião. Eu, Ivanete Marcia Wiebbelling Pagnussat, secretariei esta reunião e lavrei a presente ata que contém 10 (dez) páginas com 298 (duzentos e noventa e oito) linhas, sem rasuras, e que vai assinada por mim, por Ana Paula Marques Schulz que coordenou a CIR e Leda Maria de Souza Villaça, vice-presidente regional noroeste do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso.

Secretária Executiva da CIR NO \_\_\_\_\_

Coordenador da CIR NO \_\_\_\_\_

Vice-presidente Regional do COSEMS \_\_\_\_\_